

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*.
São Paulo: Boitempo, 2014

Karen Capelesso⁴

O livro *Feminismo e política: uma introdução*, de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, se vincula a duas coletâneas de textos produzidas anteriormente pelos autores, resultado da investigação crítica sobre as fragilidades da Ciência Política brasileira em abordar a temática de gênero. A intenção da obra é trazer uma visão ampla das principais contribuições da teoria política feminista, principalmente as surgidas a partir de 1980. O recorte do que compreendem como “teoria política feminista” está menos para filiação das autoras e autores com a militância feminista em si, do que pela relevância de sua contribuição aos temas do pensamento político relacionado com a categoria gênero.

Desde o início é central a preocupação em demonstrar que o feminismo não é homogêneo, mas cheio de embates e divergências entre si. O gênero faz parte dos eixos que organizam as experiências sociais dos indivíduos, não de forma isolada, mas em relação a outros fatores como raça e classe, determinando assim as posições dos indivíduos na sociedade, o que dificulta uma convergência completa na compreensão sobre as raízes e como se expressam essas desigualdades.

Um levantamento das diferentes visões da teoria política feminista não poderia ser mais oportuno. Vivemos um momento histórico de ampliação em relação aos direitos das mulheres: aumento da participação das mulheres em diversas esferas sociais como, ocupando altos cargos profissionais ou de representatividade política de destaque como no caso brasileiro, a própria

⁴ Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

presidência da República ao mesmo tempo em que é crescente a violência contra a mulher.

A questão do acesso à representatividade política e, nesse sentido, o acesso à esfera pública, vista sempre como o espaço masculino, até então foi a principal pauta da agenda feminista, protagonizada pelas sufragistas estadunidenses no início do século XX. Porém, esses direitos democráticos não são realidade para todas as mulheres, como já alertavam feministas como Angela Davis, discutindo a realidade da mulher negra. Mesmo se passando mais de 80 anos, ainda o que vemos é a sub-representação feminina tanto de forma quantitativa quanto qualitativa das representantes eleitas.

Percebendo esses movimentos contraditórios, os autores se debruçam em problematizar questões caras a teoria política e a militância feminista como a relação entre o público e o privado, a vinculação entre a estrutura familiar e a justiça social, igualdade e diferença, identidade, representação política, autonomia. Além disso, também levantam três discussões de certa forma polêmicas para os movimentos feministas e que devem ter atenção da ciência política: o direito ao aborto, o exercício da prostituição e a pornografia feminista.

O feminismo como movimento social surge no final do século XIX, influenciado pelo espírito da Revolução Francesa, tendo como seus expoentes como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, considerada a fundadora e um dos principais nomes do feminismo liberal. No entanto, nenhuma feminista tem a projeção que Simone de Beauvoir com *O Segundo Sexo* alcança. Mesmo que represente pouco avanço no âmbito da teoria política, a sua principal contribuição é a problematização da relação entre o público e o privado, demonstrando o feminino como uma construção social sintetizado em sua famosa frase “não se nasce mulher, torna-se”.

Uma das convergências na identificação do pensamento feminista é a problematização da dicotomia entre a esfera pública e a privada, demonstrando que é impossível compreender de forma descolada o papel dos indivíduos em cada um dos âmbitos. No entanto, não existe consenso em quais serão os verdadeiros problemas nesta relação entre as teorias feministas.

Para a corrente maternalista a questão não estaria no papel que a mulher no ambiente privado, mas sim o afastamento dela do público. O fato da

responsabilização social da mulher com o cuidado familiar contribuiria para engendrar uma ética feminina que seria até superior que a masculina no sentido de valores morais. O pensamento maternal, característico dos anos 1980, veio ao desencontro do que até então o feminismo tentou desconstruir, valorizando assim a família, o papel da mulher como mãe, etc., levantando o problema de quais as experiências das mulheres que devem ser valorizadas. Neste caso, valoriza-se justamente aquela que resulta da domesticação da mulher.

Cabe salientar o quanto aos problemas resolvidos no privado não significa o tirar a responsabilidade do âmbito público. Mesmo com a incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho, não houve uma redivisão das tarefas domésticas consideradas tipicamente femininas. O problema não perpassa somente a divisão sexual, mas aparentemente a divisão social do trabalho e consequentemente a problematização de estruturas mais amplas do que somente a desigualdade de gênero.

Outro ponto de reflexão que os autores se debruçaram é a questão da luta pela igualdade. Fato que a luta pela igualdade é uma reivindicação de qualquer movimento, incluindo o feminista. No entanto, essa “igualdade” não é neutra, mas preenchidos pelas características do que veio se constituindo como “masculino”. Preocupada em relação à negação das experiências das mulheres, Simone de Beauvoir caracterizou de “feminismo repressivo” a tendência segundo a qual a emancipação feminina derivaria da adoção de comportamentos idênticos aos dos homens na sociedade.

A própria categoria “mulher”, sujeito do feminismo, também é vista como problemática por algumas teorias feministas, chegando-se a alternativa da diferenciação entre sexo (fenômeno biológico) e gênero (construção social) que se tornou muito caro ao feminismo. O resultado é uma ambiguidade de que a mulher que se fala é produto das relações de opressão que se quer abolir.

Neste ponto, os autores se colocam em lados opostos que as feministas pós-estruturalistas que negam qualquer tentativa de fixação de uma identidade feminina, como Julia Kristeva e principalmente Judith Butler, nome mais significativo da *teoria queer*. O que está em questão, além de uma crítica de conteúdo de ação política, é se é possível uma experiência comum a todas as mulheres.

Seria impossível discutir autonomia e feminismo e não se debruçar sobre a questão do aborto. A discussão do aborto escancara a relação entre ténue entre o público e o privado, demonstrando o quanto uma escolha profundamente pessoal é ao mesmo tempo política. Levanta também o papel do Estado nesta questão, já que as mortes por complicações causadas pelo abortamento tem um recorte de classe, pois para um setor da sociedade o aborto é legalizado pelo acesso a clínicas com boas estruturas a partir de pagamentos de quantias não acessíveis as mulheres pobres. Assim como em relação ao aborto, também sobre a questão legalização da prostituição e da pornografia não existem consensos entre as feministas, verificando posicionamentos desde conservadores e moralistas até extremamente liberais.

Um dos objetivos do livro é demonstrar que não existe consenso dentro do feminismo, que tanto na teoria como na luta política existe divergência na compreensão de onde residem as raízes da desigualdade de gênero e como enfrenta-las, não existindo assim um programa único do movimento feminista. O que os autores levantam como debate é que diante das várias vertentes teóricas e suas tem implicações na ação política, existe desde feminismo de maior enfrentamento ou de maior acomodação à ordem vigente.

Essa *démarche* do feminismo como denominam, começa a ser percebida de uma forma mais intensa a partir dos anos 1980, onde se dá espaço a um discurso feminista em que as estruturas sociais são menos questionadas. Luta-se por mais mulheres na política, por mais mulheres chefiando empresas, mas não se questiona a democracia burguesa e muito menos o capitalismo, chegando ao limite de reduzir o feminismo a quase um “estilo de vida”:

A redução do feminismo a “um estilo de vida”, a “uma identidade pré-fabricada” a disposição para afirmação de modos de existência alternativos, também colabora para acomodar as bandeiras do feminismo ao *status quo*. Com isso, ele perde justamente seu potencial político de enfrentamento da opressão e da dominação. (...) Como se o “sou feminista” significasse um ponto de chegada, o encontro de uma identidade que caracteriza sua portadora e da ela uma “tribo”, um elemento de distinção – e não um ponto de partida, de engajamento na busca de uma mudança social profunda. Como se ser feminista fosse como ser vegetariano, uma opção que é, em primeiro lugar, privada e que raras vezes exige algo além de embates pontuais e localizadas com o mundo a sua volta (p.140).

O que se extrai de conclusão é que a luta concreta pelo fim da desigualdade de gênero, de uma forma que atinja as diversas posições sociais das mulheres, também passa pela confrontação de outras desigualdades como as de raça e classe. Porém, se o feminismo não tem um programa amplo de transformação social, acaba por reproduzir em si mesmo os enfrentamentos das diversas posições sociais de suas interlocutoras, acabando por existirem assim feminismos mais “perigosos” para a ordem e outros nem tanto. Cabe a crítica e a reflexão política da necessidade de se recuperar um feminismo diametralmente oposto a uma ordem societária baseada na exploração e opressão, sendo mais do que necessário em tempos tão remotos como que estamos vivendo, contribuição que sem dúvida Luis Felipe Miguel e Flávia Birolli conseguiram nos brindar com *Feminismo e Política*.